



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2012 (Do Sr. Márcio Bittar)

Dispõe sobre as normas para identificação de bens locados pela União.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica estabelecido que todos os bens, móveis ou imóveis, locados pela União para uso oficial deverão conter identificação visível contendo dados sobre o locatário e do órgão público responsável pela locação.

Art. 2º A identificação de que trata o artigo 1º desta Lei deverá observar o seguinte:

I – a identificação deverá ser aplicada em material aderente que deverá ser não removível, de forma que, ao ser retirado, fique inutilizado.

II – a identificação deverá conter as seguintes inscrições:

a) nome do órgão/poder responsável pela locação do bem;

b) nome do locatário quer seja pessoa física ou jurídica;

c) número do contrato, vigência do contrato, valor pago mensalmente.

Parágrafo único. Fica vedado o acréscimo de material publicitário de qualquer espécie aos adesivos dos bens de que trata esta Lei.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) após a sua publicação.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias, consignadas em orçamento e suplementadas se necessária.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto visa estabelecer que todos os bens locados pela União tenham identificação visível, contendo dados sobre a locação.

A Constituição Federal de 1988 transformou em princípio basilar da Administração pública, dentre outros, o princípio da publicidade, que é sinônimo perfeito da transparência. Logo, o presente Projeto busca o fiel cumprimento constitucional, determinando que sejam transparentes, ao máximo, todos os contratos que tenham como parte a União.

Neste sentido, urge salientarmos que a iniciativa de colocar identificação nos bens locados pela União, contendo os dados do contrato firmado entre locatário e locador fundamenta-se no corolário da supremacia do interesse público, e a presente iniciativa ratifica que as atividades legislativas devem ter como objetivo principal o bem comum, que, no caso em tela, significa privilegiar a publicidade.

Por fim, o presente Projeto busca efetivar o exercício da cidadania, proporcionando ao cidadão a possibilidade de exercer papel fiscalizatório sobre os contratos firmados pelo Poder Público.

Diante do exposto, considerando a importância e a justiça do objeto do presente projeto, contamos com o apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de agosto de 2012.

Deputado MÁRCIO BITTAR